



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO

EDUCATIONAL EVASION AND BRAZILIAN TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION A STUDY OF REVISION

EVASIÓN ESCOLAR Y EDUCACIÓN PROFESIONAL TÉCNICA BRASILEÑA UN ESTUDIO DE REVISIÓN

Margareth Nunes Silva¹, Maria Aparecida Monteiro da Silva²

e4124707

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i12.4707>

PUBLICADO: 12/2023

RESUMO

O estudo de caso “Evasão na Educação Profissional Técnica de Jovens e Adultos: o caso da Instituição Pública Estatal Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC” buscou compreender como a educação profissional no Brasil e a evasão escolar são tratadas pela literatura científica. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, que a educação profissional é, ainda hoje, tratada como uma educação assistencialista e destinadas às classes inferiores socialmente e a persistência da dualidade ensino propedêutico/profissionalizante na educação profissional técnica brasileira. A revisão de literatura indicou, também, que após integração do ensino médio convencional, que concentrava a maior parte da população de alunos, com o ensino profissional técnico (EMI), o fenômeno evasão no ensino profissionalizante técnico (EPT) ganhou um maior destaque com a contabilização de uma parcela muito significativa de estudantes evadidos. Os resultados da pesquisa bibliográfica sobre as possíveis causas de evasão escolar nos cursos técnicos da FAETEC, detectou que: as retenções escolares, as práticas docentes, as metodologias de ensino, a insuficiência de aprendizagem, a distância entre a inovação tecnológica que o mercado de trabalho solicita e o que a Instituição Escolar oferece, a falta de informações sobre as profissões técnicas, a situação socioeconômica dos alunos e a falta de subsídios financeiros para estudar em um curso técnico contribuem para a evasão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Evasão Escolar. Literatura Científica. Multifatorial

ABSTRACT

The case study “Evasion in the Technical Professional Education of Young and Adults: the case of Statal Public Institution of Support to Technical School of Rio de Janeiro State – Faetec” pursued comprehend how the professional education in Brazil and the educational evasion are treated by the scientific literature. The results of this research showed that the educational evasion is a multifactorial phenomenon, the professional education is, till today, treated as an assistentialist education and destined to socially inferior classes and the persistency of duality propaedeutic/professionalizing education in the Brazilian technical professional education. The literature revision indicates, too, that after the integration of the conventional high school, that concentrates the largest part of alumnus population, with professional technical education (EMI), the evasion phenomena in the technical professionalizing education (EPT) won a bigger highlight with the accounted of a very significant part of evaded students. The results of bibliographic research about the possible causes of educational evasion in the technical courses of Foundation of Support to Technical School of Rio de Janeiro State – FAETEC, detected: the educational retentions, the teaching practices, the educational methodologies, the insufficiency of learning, the distance between technological innovation and the job market request and what the Educational Institution offers, the lack of information about the

¹ Doutora em Ciências da Educação pela UCP-PYG e professora do curso técnico em eletrotécnica da ETE Ferreira Viana - Faetec. Universidad Columbia del Paraguay.

² Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Universidad Columbia del Paraguay.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

technical professions, the socioeconomical situation of the alumnus and the lack of financial subsidies to study in a technical course contributes to the educational evasion.

KEYWORDS: *Professional Education. Educational Evasion. Scientific Literature. Multifactorial.*

RESUMEN

El estudio de caso "Evasión en la Educación Profesional Técnica de Jóvenes y Adultos: el caso de la Institución Pública Estatal Fundación de Apoyo a la Escuela Técnica del Estado de Río de Janeiro - Faetec" buscó comprender cómo la educación profesional en Brasil y la evasión escolar son tratadas por la literatura científica. Los resultados de esa investigación evidenciaron que la evasión escolar es un fenómeno multifactorial, que la educación profesional es, todavía, tratada como una educación asistencialista y destinadas a las clases inferiores socialmente y la persistencia de la dualidad enseñanza propedéutico/profesionalizante en la educación profesional técnica brasileña. La revisión de literatura indicó, también, que después de la integración de la enseñanza media convencional, que concentraba la mayor parte de la población de alumnos, con la enseñanza profesional técnica (EMI), el fenómeno evasión en la enseñanza profesional técnica (EPT) ganó mayor protagonismo con la contabilización de una porción muy significativa de estudiantes evadidos. Los resultados de la investigación bibliográfica sobre las posibles causas de evasión escolar en los cursos técnicos de la Faetec, detectó que: las retenciones escolares, las prácticas docentes, las metodologías de enseñanza, la insuficiencia de aprendizaje, la distancia entre la innovación tecnológica que solicita el mercado de trabajo y lo que ofrece la institución escolar, la falta de informaciones sobre las profesiones técnicas, la situación socioeconómica de los estudiantes y la falta de subsidios financieros para estudiar en un curso técnico contribuyen a la deserción escolar.

PALABRAS CLAVE: *Educación Profesional. Evasión Escolar. Literatura Científica. Multifactorial.*

INTRODUÇÃO

Este estudo objetivou entender como a educação profissional no Brasil e a evasão escolar são tratadas pela literatura científica realizada por meio de uma revisão de bibliográfica.

A literatura científica sobre evasão escolar e o ensino profissionalizante no Brasil ainda hoje é carente de bibliografias e a maioria encontrada é composta de estudos de casos, dissertações, teses, artigos científicos, leis, decretos, resoluções e portarias que são, no entanto, bibliografias mais atualizadas.

A pesquisadora observou ao longo dos anos, atuando como coordenadora e professora de cursos profissionalizantes, um aumento significativo da evasão, motivado, principalmente, pela falta de perspectivas de melhorias no desempenho dos alunos e decidiu pesquisar o fenômeno em sua tese de doutoramento em Ciências da Educação, e para tal, reuniu um conjunto de procedimentos que objetivou a constatação das principais causas da evasão escolar no ensino profissionalizante técnico de nível médio (EMI).

O título adotado para a tese foi: "Evasão na Educação Profissional Técnica de Jovens e Adultos: o caso da Instituição Pública Estatal Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – Faetec" buscou analisar quais as possíveis razões que induziam à evasão escolar nos Cursos de Educação Profissional Técnica, na modalidade integrado ao ensino médio - EMI, da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro – Faetec e, por ser uma Instituição pública, quais os possíveis transtornos para o Estado e sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

Como metodologia usou-se, na pesquisa, o estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa e nesse artigo analisa-se e discute-se um dos seus 05 (cinco) objetivos específicos, que foi: “Como a educação profissional no Brasil e a evasão escolar são tratadas pela literatura científica?”

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA (EPT) NO BRASIL

Em breve análise histórica, observa-se que a educação brasileira, em seus primórdios, era destinada à profissionalização dos escravos e indígenas como aprendizes de ofícios. Essa parcela da população era tratada como classe socialmente inferior na época e, conseqüentemente, essa modalidade de ensino por muito tempo foi vista pela população como destinada às mais baixas categorias sociais (Fonseca, 1961).

A associação dos trabalhos manuais pesados a uma classe inferior socialmente, influi na visão preconceituosa que a sociedade tem sobre a educação e a formação profissional para o trabalho até hoje. A Educação Profissional Técnica (EPT) brasileira iniciou-se em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente. (Brasil, 1999).

A qualificação para o trabalho no Brasil recebeu algumas heranças dos nossos colonizadores, umas nefastas, tais como: escravismo, o cartorialismo e o patrimonialismo e outras abençoadas, por exemplo: a abertura de portos aos países amigos, escolas, fábricas, estradas, o sincretismo, o multiculturalismo, a criatividade (“jeitinho brasileiro”) e a alegria de viver (Cordão; Moraes, 2020).

Originalmente o caráter assistencialista prevaleceu e a educação era direcionada para a alfabetização e o ensino de ofícios a crianças pobres, órfãos e abandonados que se profissionalizam em Instituições designadas “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”. Essas Instituições ministravam a instrução primária e um ofício para os mais desprivilegiados socialmente e, após essas aprendizagens, o artífice ficava mais 3 anos no asilo para pagar pela sua aprendizagem e formar um “pé-de-meia” que ele recebia no final do triênio (Manfredi, 2002).

A educação profissional técnica gratuita no Brasil só aconteceu após o ano de 1909, com a criação das dezenove escolas de aprendizes artífices, destinadas ao ensino profissional gratuito. Dessa forma principiou-se uma rede federal de educação profissional, mas apesar dos mais de 100 anos após sua criação, a procura por essa modalidade de ensino ainda é baixa e sobram vagas e as pessoas que cursam, em sua maioria, estão à procura de um ensino médio de melhor qualidade, como bem abordou Goldemberg, “[...] o ensino médio não consegue preparar adequadamente os estudantes para a universidade, nem para o mundo do trabalho [...]” (Goldemberg, 1993, p. 70).

Durante as décadas de 30 e 40, tivemos grandes mudanças educacionais no Brasil. Em virtude das mudanças na política educacional brasileira, um conjunto de Decretos-Leis, conhecido como Leis Orgânicas da Educação Nacional - a Reforma Capanema, em homenagem ao então ministro da educação Gustavo Capanema, foram publicados oficialmente para normatizar a educação nacional (MEC/SETEC, 2007).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

A educação brasileira, pós-reforma Capanema, era composta por dois níveis: educação básica e educação superior. A educação básica, era subdividida em primário e secundário e este em ginásial e colegial. O colegial era representado pelo científico e pelo clássico. A profissionalização ocorria no final do ensino secundário com os cursos profissionalizantes normal (formação de professores), industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, com mesma duração e nível do colegial, mas que não preparavam para o ensino superior, mantendo dessa forma, o caráter dual da educação brasileira (MEC/SETEC, 2007).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB entrou em vigor em 1961 e estabelecia uma relação de igualdade entre ensino acadêmico e profissional de mesmo nível, impondo um fim formal, mas não real, da dualidade na educação brasileira mantida através dos currículos (MEC/SETEC, 2007).

Depois do ensino médio convencional, qualquer curso tem caráter profissionalizante e, ao prestar vestibular para o ensino superior, o candidato previamente escolhe a profissão a seguir, até mesmo em cursos extracurriculares.

Após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária. (Brasil, 1999).

No século XX, ainda se observava o caráter assistencialista na aplicação do ensino profissionalizante voltado para as classes menos favorecidas, mas com um enfoque diferenciado agora, o de preparar operários para o exercício profissional. Os conhecimentos transmitidos pelas escolas, antes do século XX, não eram necessários para que um cidadão pudesse exercer sua cidadania, mas a partir deste século, o saber, transmitido de forma organizada pelas escolas, foi integrado aos direitos sociais dos cidadãos. Na ocasião, a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização passaram a ser considerados como condições básicas e indispensáveis para o exercício da cidadania (Brasil, 1999).

Os cargos gerenciais das empresas eram destinados, quase sempre, aos funcionários que detinham os conhecimentos, ou seja, eram os “cabeças pensantes” e a baixa escolaridade dos trabalhadores não era considerado um fator que atrapalhasse a expansão da economia brasileira. Para os trabalhadores braçais não era exigido um conhecimento educacional sólido.

Na década de 70, em pleno regime militar, uma reforma profunda da educação básica foi promovida pela Lei n.º 5.692/71 que tentava transformar o ensino médio em profissionalizante e obrigatório para todos. Conhecimentos gerais sólidos passaram a ser requisitos de uma sólida formação profissional para o trabalho e para sua concretização era necessária: [...] a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (Brasil, 1999).

Os ensinos, através da Lei n.º 5692/71, passaram a ser de 1.º grau (primário e ginásial) e 2.º grau (colegial). Nesse período, tivemos o “milagre brasileiro” que demandava mão-de-obra



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

qualificada, a nível técnico, para satisfazer o projeto de industrialização do governo militar. Mas, em contrapartida, crescia a pressão que a população fazia pelo aumento no nível de escolaridade e consequente aumento de vagas no ensino superior (MEC/SETEC, 2007).

A obrigatoriedade do ensino profissionalizante foi implantada de forma incompleta e ficou restrita, na prática, somente ao ensino público. Os currículos de caráter preparatório para o nível superior das escolas privadas favoreciam às elites, enquanto os currículos das escolas públicas eram pobres na formação geral e preparavam os jovens para uma racionalidade instrumental, somente a serviço do mercado de trabalho. Isso provocou uma debandada da classe média das escolas públicas para as privadas e uma desvalorização do ensino público (MEC/SETEC, 2007).

Na década de 80, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira (1988) e uma nova forma de organização e gestão, surgida desde a década de 70, com tecnologias de ponta e requisitando dos trabalhadores uma educação mais abrangente e atualizações constantes, mudou o rumo da educação profissional. (Brasil, 1999).

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados. À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, mediadas por novas tecnologias da informação [...]. (Brasil, 1999).

Em 1982, a Lei Federal n.º 7.044/82 desobriga a profissionalização no ensino de segundo grau, retomando o ensino acadêmico, e a profissionalização ficou a cargos de Instituições especializadas (Brasil, 1999).

Na Constituição de 1988, a polêmica entre os que lutavam por uma educação pública gratuita e os que eram contra a interferência do Estado na educação, sob a alegação de que o estado gasta muito e não faz nada direito, tornou-se um empecilho ao processo educacional. E venceu a iniciativa privada que teve seu direito de atuar em todos os níveis de ensino, direito garantido pela Constituição/88 e confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), (Brasil; MEC/SETEC, 2007).

Atualmente, apesar dos esforços, não temos uma igualdade entre a educação acadêmica e a educação profissional e isso continua longe de acontecer. A educação profissional ainda não está regulada por normas como um direito universal para a população brasileira, o que reforça o caráter dual. Isso é um impedimento para materialização do preceito constitucional que coloca a educação profissional como abrangente sob ponto de vista dos direitos universais à educação e ao trabalho (Cordão; Moraes, 2020).

Mas a Constituição/88 é bem clara e não admite dúvidas quanto ao fim da dualidade formação geral e o ensino profissionalizante, apostando numa educação brasileira mais globalizada e em sintonia com o atual mercado de trabalho. (Brasil, 1999).

educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e A ensinar, a valorização dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3.º da LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional. (Brasil, 1999).

O Quadro n.º 01 mostra alguns dos principais acontecimentos em prol da educação brasileira de 1549 a 2020.

Quadro 1 - Linha do Tempo da Educação Brasileira

ANO	Linha do Tempo da Educação Brasileira
1549	<ul style="list-style-type: none"> A primeira escola foi criada em Salvador, já em 29 de março de 1549.
1554	<ul style="list-style-type: none"> O Clérigo José de Anchieta fundou a mais importante das escolas aqui implantadas, nos Campos de Piratininga, dando origem à cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554.
1749	<ul style="list-style-type: none"> Em 1749, foi fundado em Mariana o primeiro seminário diocesano do Brasil.
1751	<ul style="list-style-type: none"> Em 1751, foi autorizada a criação de um novo seminário episcopal em Belém do Pará, utilizando o modelo jesuítico humanista.
1759	<ul style="list-style-type: none"> Após expulsão dos Jesuítas, a consequência imediata foi a desintegração da instrução pública no Brasil, o que impactou diretamente o esforço incipiente de educação profissional, representado pelo ensino de trabalhos manuais.
1808	<ul style="list-style-type: none"> Criação dos Colégios Médico-Cirúrgico da Bahia e do Rio de Janeiro. Criada a Escola Superior de Matemática, de Ciências, de Física e de Engenharia, Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil.
1809	<ul style="list-style-type: none"> Criada a primeira escola técnica em território brasileiro, o Colégio das Fábricas.
1824	<ul style="list-style-type: none"> Em 25 de março de 1824, foi outorgada, pelo imperador, a Constituição Política do Império do Brasil cuja educação está presente no art. 179, que trata das garantias dadas pela Constituição do Império: "A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos" (inciso XXXII).
1827	<ul style="list-style-type: none"> Em 15 de outubro de 1827, o imperador D. Pedro I aprovou uma ambiciosa lei que estabelecia "a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império". Essa decisão motivou que até hoje a data 15 de outubro seja comemorada como o "dia do professor".
1830	<ul style="list-style-type: none"> Em 10 de abril de 1830, o imperador D. Pedro I aprovou a instalação de escolas normais.
1837	<ul style="list-style-type: none"> Em 2 de dezembro de 1837, foi criado o Imperial Colégio Pedro II, instalado em 1938.
1890	<ul style="list-style-type: none"> Em 19 de abril de 1890, pelo Decreto n.º 346, o Governo Provisório decidiu criar a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, de vida efêmera.
1891	<ul style="list-style-type: none"> A Constituição Republicana de 1891 adotou o modelo federal e preocupou-se em discriminar as competências legislativas da União e dos Estados em matéria educacional.
1906	<ul style="list-style-type: none"> O ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolidou-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

	industrial, comercial e agrícola.
1910	<ul style="list-style-type: none"> O presidente Nilo Peçanha instalou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em várias Unidades da Federação.
1924	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Associação Brasileira de Educação (ABE),
1927	<ul style="list-style-type: none"> O Decreto n.º 5.241, de 22 de agosto de 1927, definiu a obrigatoriedade do ensino profissional nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, como no Colégio Pedro II e em estabelecimentos similares.
1931	<ul style="list-style-type: none"> Criado o Conselho Nacional de Educação e efetivação de uma reforma educacional, conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos Lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Decreto Federal n.º 19.890/31, assim como o Decreto Federal n.º 21.241/32, a organização do ensino secundário. Decreto Federal n.º 20.158/31, que organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador.
1932	<ul style="list-style-type: none"> Decreto Federal n.º 21.241/32 que regulamentou, assim como o Decreto Federal n.º 20.158/31, a organização do ensino secundário.
1934	<ul style="list-style-type: none"> A Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de educação, ao estabelecer como competências da União “traçar Diretrizes da Educação Nacional” e “fixar o Plano Nacional de Educação”.
1937	<ul style="list-style-type: none"> Com a Constituição outorgada de 1937 muito do que fora definido em matéria de educação em 1934 foi abandonado. Entretanto, pela primeira vez, uma Constituição tratou das “escolas vocacionais e pré-vocacionais”, como um “dever do Estado” para com as “classes menos favorecidas” (Art. 129).
1942	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, mais conhecidas como Reforma Capanema. Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei n.º 4.073/42). Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Decreto-Lei estabeleceu o conceito de menor aprendiz. Decreto-Lei dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”.
1943	<ul style="list-style-type: none"> Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei n.º 6.141/43).
1946	<ul style="list-style-type: none"> Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto-Lei n.º 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei n.º 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei n.º 9.613/46). Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais.
1950	<ul style="list-style-type: none"> A Lei Federal n.º 1.076/50 permitia que concluintes de cursos profissionais pudessem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

	continuar estudos acadêmicos nos níveis superiores.
1953	<ul style="list-style-type: none"> • A Lei Federal n.º 1.821/53 dispunha sobre as regras para a aplicação desse regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio. Essa Lei só foi regulamentada no final do mesmo ano, pelo Decreto n.º 34.330/53, produzindo seus efeitos somente a partir do ano de 1954.
1961	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação da Lei Federal n.º 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, classificada por Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória”.
1967	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967 pelo governo militar.
1971	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Federal n.º 5.692/71, que reformulou a Lei Federal n.º 4.024/61 no tocante ao então ensino de primeiro e de segundo graus.
1975	<ul style="list-style-type: none"> • A Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas.
1982	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Federal n.º 7.044/82 tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau.
1988	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação da Constituição Federal Brasileira.
1991	<ul style="list-style-type: none"> • O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei n.º 8.315, de 23 de dezembro de 1991.
1996	<ul style="list-style-type: none"> • LDB, a Lei n.º 9.394/1996, configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania e que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Federal n.º 2.208/97 e a LDB possibilitaram o investimento prioritário na educação básica e, ao mesmo tempo, diversificar e ampliar a oferta de educação profissional.
1999	<ul style="list-style-type: none"> • As diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio foram inicialmente definidas pela Resolução CNE/CEB n.º 4/99.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNE/CEB n.º 1, de 21 de janeiro de 2004, instituiu diretrizes nacionais para os estágios supervisionados dos estudantes de educação profissional e de ensino médio. • O Decreto n.º 5.154/04 revogou o Decreto n.º 2.208/97 e deu nova regulamentação para a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 11.892 cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida como Rede Federal. • Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB n.º 11, de 12 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT) nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

2009	<ul style="list-style-type: none"> • Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, promoveu alterações importantes no texto da Constituição Federal de 1988 no tocante ao dever do Estado para com a educação.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação das novas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, pela Resolução CNE/CEB n.º 6/12, com fundamento no Parecer CNE/CEB n.º 11/12.
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), com metas e estratégias de implementação para dez anos.
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 1, de 2 de fevereiro de 2016.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 13.415/17 dá nova redação dada ao caput do art. 36 da LDB exigindo que o currículo do ensino médio seja composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por arranjos curriculares variados e congruentes com os contextos locais.
2020	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer CNE/CP n.º 5/2020 reorganiza o calendário escolar e possibilita contar como carga horária mínima anual as atividades realizadas de forma remota em decorrência da pandemia da covid-19. • Parecer CNE/CP n.º 11/2020, que apresenta as “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia”. • Lei n.º 14.040/2020, estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

Fonte: Cordão; Moraes, 2020

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP) E SUAS SINOPSES ESTATÍSTICAS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Até 1935, o Brasil não tinha um “rosto”, uma bibliografia sobre a educação que pudesse reunir informações sobre o conteúdo produzido no Brasil e no exterior e cuja temática fosse a Educação brasileira (INEP, 2020).

O então Ministro Gustavo Capanema sugere à Diretoria Nacional de Educação (DNE) a criação dessa bibliografia da educação nacional. A Biblioteca Brasileira de Educação (BBE) começou no levantamento da Bibliografia Pedagógica Nacional e publicada nos primeiros cinco números da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), foi editada pelo Inep a partir de 1944 (INEP, 2020).

Em 1948 foi publicado o panorama da educação primária no “Boletim Novos Prédios Escolares para o Brasil”, que apontou as principais deficiências da educação brasileira e propôs medidas para atender às necessidades educacionais das escolas. (INEP, 2020).

O Inep passa a se denominar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais a partir de 1972, gera-se seu logotipo e, um ano depois, é realizada sua transferência para a capital brasileira. Em 1982, tornou-se responsável pelos serviços de estatísticas educacionais que recebeu, por transferência, do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1990, foi desenvolvido o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que tinha o objetivo de identificar fatores que podiam



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

interferir no desempenho dos estudantes e dar um indicativo da qualidade do ensino (INEP, 2020). Em 1995, iniciou-se a reorganização do Inep para fazer levantamentos estatísticos robustos de modo a orientar as políticas do Ministério da Educação.

O instituto tornou-se o órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais do Governo Federal. Em 1997, o Inep obtém autonomia e se torna autarquia federal e, após um ano, realiza o Enem, o Censo Escolar da Educação Básica Anual e o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) (INEP, 2020).

A Sinopse Estatística da Educação Básica é um documento onde podemos encontrar os principais dados coletados sobre o Censo Escolar da Educação Básica do Brasil e cuja publicação é anual, sob a responsabilidade da Diretoria de Estatística educacionais do Inep. Essa Sinopse é estruturalmente composta por tabelas organizadas e divididas em etapas e modalidades de ensino que apresentam a distribuição de matrículas, docentes, estabelecimentos escolares e turmas em todas as regiões geográficas, unidade da federação e municípios, assim como dados consolidados do Brasil.

O Inep prima, continuamente, pela melhoria da Sinopse Estatística de forma a aumentar o alcance dos dados ofertados para atender às demandas informacionais sobre a educação brasileira. Essa Sinopse auxilia na formulação, monitoramento e avaliações das políticas educacionais e auxilia nos estudos e pesquisas sobre a realidade da educação brasileira.

Na sinopse estatística da distribuição dos estudantes da Educação Profissional Técnica (EPT) por faixa etária e regiões demográficas, as matrículas são divididas em 05 (cinco) faixas etárias e o seu quantitativo, a nível nacional, diminuiu 2,25% em 2021 em relação a 2020 e aumentou quase 14% em 2022 quando comparado a 2021, tabela 1. As parcelas da população em idade escolar que mais se matriculam na educação profissional concentram-se entre adolescentes de 15 a 17 anos, comportamento semelhante é observado nas matrículas da educação profissional no Estado do Rio de Janeiro (INEP, 2020/2021/2022).

Os estudantes ingressantes na educação profissional brasileira, na modalidade integrada ao ensino médio, encontram-se, geralmente, na faixa etária até 17 anos e ainda não se definiram quanto à sua área de atuação, não sendo os responsáveis diretos pelas escolhas profissionais devido à falta de conhecimento sobre elas, incumbência geralmente atribuídas aos pais e/ou responsáveis. Para realização desses cursos faz-se necessário um grau de maturidade pessoal que não é própria de jovens situados nessa faixa etária.

Nesse artigo não se consideraram as faixas etárias acima de 18 anos uma vez que, provavelmente, esses jovens optariam por cursar a educação profissional no formato subsequente ou EJA e não no formato integrado ao Ensino Médio.

A maior rede pública de educação profissional no Brasil é a Rede Federal seguida das redes estaduais e municipais. A sinopse estatística da distribuição dos estudantes da Educação Profissional Técnica (EPT) de 2020 a 2022, faixa etária até 17 anos, é apresentada na tabela 1, assim como sua distribuição por dependência administrativa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

Atenção especial deve ser dada à redução de matrículas, na esfera estadual, de 31,13% em 2021 para 21,20% em 2022, mesmo tendo sido registrado um aumento no número de matriculados no mesmo período no Estado do Rio de Janeiro. Pela tabela 1 nota-se um aumento proporcional de matriculados na esfera privada de 2021 para 2022.

Tabela 1 - Matrículas da educação profissional brasileira por faixa etária, localização e dependência administrativa

Ano	Região Geográfica	Total	Faixa Etária até 17 anos (%)	Dependência Administrativa				
				Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	Privada (%)	Rural (%)
2020	BRASIL	1.936.094	36,49	16,02	39,50	1,53	37,53	5,41
2021		1.892.458	38,13	15,19	40,42	1,73	37,17	5,48
2022		2.152.506	37,03	13,32	37,56	1,92	41,63	5,57
2020	Sudeste	815.029	34,22	10,19	35,25	2,62	47,87	4,07
2021		772.775	39,61	9,92	38,58	2,50	44,87	4,13
2022		918.842	36,63	8,63	33,62	2,01	52,21	3,52
2020	Rio de Janeiro	176.046	34,01	12,18	28,61	0,59	57,12	1,50
2021		164.605	35,39	12,00	31,13	0,51	54,83	1,52
2022		180.494	29,90	11,71	21,20	0,54	65,31	1,24

Fonte: Sinopse estatística da educação básica – Inep (2020/2021/2022)

Observa-se, também, grande desproporcionalidade na distribuição de docentes da Educação Básica de acordo com a região geográfica e etapa de ensino, tabela 2.

Tabela 2 - Número de Docentes da Educação Básica, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica e Unidade da Federação

ANO	Região Geográfica	Etapa de Ensino	
		Ensino Médio Propedêutico	Curso Técnico Integrado (EMI)
2020	BRASIL	453.094	68.710
2021		463.633	74.482
2022		490.543	84.430
2020	Sudeste	208.185	25.010
2021		211.645	29.786
2022		228.259	32.600
2020	Rio de Janeiro	39.938	6.852
2021		39.267	7.122
2022		39.096	6.579

Fonte: Sinopse estatística da educação básica – Inep (2020/2021/2022)

A rede de Educação Profissional Técnica (EPT) no Estado do Rio de Janeiro é composta por Instituições vinculadas à Rede Federal de ensino, à Secretaria Estadual de Educação, à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e, também, à Secretaria Municipal de Ensino. O número de estabelecimentos da educação profissional, Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), sob responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro saiu de 178 em 2020 para 180 em 2022, aumento insignificante, o mesmo ocorrendo com o número de matrículas. A educação profissional no formato EMI ficou praticamente estagnada de 2020 a 2022 nesse Estado, tabela 3. (Inep, 2020/2021/2022)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

Tabela 3 - Número de Estabelecimentos da Educação Profissional Regular, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação

ANO	Região Geográfica	Etapa de Ensino		Dep. Administrativa Estadual
		Ensino Médio Propedêutico	Curso Técnico Integrado (EMI)	Curso Técnico Integrado (EMI)
2020	BRASIL	27.491	2.477	1693
2021		27.685	2.853	2060
2022		27.720	3.877	2935
2020	Sudeste	12.039	941	665
2021		12.033	1.263	987
2022		12.048	1.730	1395
2020	Rio de Janeiro	2.240	245	178
2021		2.231	248	179
2022		2.229	272	180

Fonte: Sinopse estatística da educação básica – Inep (2020/2021/2022)

TRATAMENTO DADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PELO NOVO ENSINO MÉDIO, PELA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC) E PELO CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS (CNCT)

O Novo Ensino Médio surgiu de uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecendo uma mudança na estrutura do ensino médio e privilegiando a aprendizagem por área de conhecimento e não mais por disciplinas. Nele o estudante opta por uma formação técnica ou profissionalizante associado ao ensino médio regular. Começou a ser implementado gradualmente em 2022, constituído por 04 (quatro) áreas de conhecimento e 01 (uma) de formação Técnica e Profissional: linguagem e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciência da natureza e sua tecnologia e ciência humana e social aplicada e formação técnica e profissional (LDB, Art. 36).

O Parecer CNE/CP n.º 11/2009, proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio enviada pelo MEC para apreciação do Conselho Nacional de Educação em 2009, não faz nenhuma referência clara a um currículo diferenciado por área de conhecimento, então propagou-se uma interpretação errônea que a articulação interdisciplinar, citada no documento, levaria ao fim da “divisão por disciplina” (PARECER CNE/CP N.º 11/2009). Um dos motivos do surgimento dessa proposta foi a observação das elevadas taxas de evasão ou abandono, retenção escolar e disformidade idade-série que ocorre no ensino médio.

O documento do MEC realça que o objetivo é superar a dualidade histórica entre o ensino propedêutico e profissionalizante. A proposta visa melhorar a qualidade do ensino médio nas escolas públicas, superar as desigualdades, possibilitar a aceitação universal e a aprendizagem de longo prazo entre os jovens com as maiores taxas de matrícula na educação básica na faixa etária de 15 a 17 anos, e consolidar a identidade do ensino médio, levando em consideração a diversidade, aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecendo e priorizando o diálogo com a cultura jovem (PARECER CNE/CP N.º 11/2009).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) foi adotada pelo Novo Ensino Médio e teve como fundamento o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 onde se reconhece a educação como direito fundamental e que ela deve ser partilhada entre Estado, família e sociedade (CF, 1988). A BNCC serve como apoio na formulação dos currículos e das propostas pedagógicas dos sistemas e instituições escolares, respectivamente. Essas aprendizagens devem buscar um mesmo fim, assegurar o desenvolvimento de dez competências gerais aos estudantes (BNCC, 2018).

O itinerário de profissionalização é constituído pelo conjunto de ocupações com identidades bem definidas em determinada área profissional no mercado de trabalho, por exemplo, na própria Classificação Brasileira de Ocupações (Cordão; Moraes, 2020).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) mostra o estado atual das ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Sua filosofia é manter constantemente atualizadas as diversas atividades laborais no Brasil, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional. Ela não tem poder de regular as profissões. Foi gerada com base legal na Portaria n.º 397, de 10.10.2002 (CBO - MINISTÉRIO DO TRABALHO).

Obviamente, a adequação curricular proposta pelas instituições de ensino para o eixo técnico da estruturação do roteiro de formação deve ser pautada pelos princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização. Esses princípios devem orientar a instituição para utilizar sua autonomia no desenvolvimento de itinerários viáveis e oportunos para atender às demandas locais e regionais. Deve ser garantida a participação efetiva de seus docentes nessa definição, pois essa é a melhor forma de garantir congruência entre o planejamento e a execução (Brasil, 2012)

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) foi criado pelo MEC através da portaria n.º 870 de 16 de julho de 2008. Ele regula a oferta de cursos do ensino profissional técnico de nível médio, com os principais objetivos: orientar e informar as instituições de ensino, estudantes, empresas e sociedade em geral sobre os cursos da educação profissional técnica brasileira. Os cursos técnicos listados no catálogo são cursos de nível médio e podem ser concomitantemente, de forma integrada, ou após conclusão do ensino médio (subsequente). Para esse estudo selecionou-se o curso técnico de nível médio realizado na forma integrada. O CNCT estipula uma carga horária mínima para cada curso técnico, que pode ser de 800 horas, 1.000 horas ou 1.200 horas. Caso a carga horária de estágio profissional supervisionado esteja prevista no programa lecionado (PP) do curso, esta será incluída na carga horária mínima especificada no Catálogo (CNCT, 2021).

O CNCT financia os planos curriculares do ensino médio das instituições de ensino e suas respectivas qualificações profissionais e especializações técnicas, fornece aos alunos uma base para a escolha dos cursos por meio de informações como diferentes perfis profissionais e possibilidades de atuação e, por fim, ajuda a determinar o perfil profissional mais adequado para o setor de produção (CNCT, 2021).

O conteúdo da CNCT é frequentemente renovado pelo Ministério da Educação para atender novas demandas socioeducacionais e essa atualização ocorre em regime de colaboração com os diversos sistemas de ensino brasileiro que estejam relacionados ao exercício profissional, depois de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

uma criteriosa análise. Os cursos técnicos deste catálogo estão organizados e classificados de acordo com o eixo técnico.

EVASÃO ESCOLAR – CONCEITOS E REALIDADE

A “Evasão Escolar” é um fenômeno recorrente, complexo e histórico que advém de múltiplas causas que se interrelacionam. Pode ocorrer em qualquer nível de ensino, da creche ao ensino superior. Esse fenômeno, principalmente na educação profissional técnica, expõe as deficiências e os preconceitos do frágil sistema educacional brasileiro, muito dependente de políticas públicas dos regimes políticos vigentes. Não existe uma continuidade de políticas públicas educacionais e econômicas no Brasil e, geralmente, cada governante implementa os seus próprios princípios. Segundo Silva (2017, p. 619): “As desigualdades educacionais relacionam-se não apenas à estrutura econômica, mas também às políticas públicas adotadas nas últimas décadas”.

Conceituar evasão escolar na educação básica é preocupar-se com os jovens fora da escola do ensino fundamental até o final do ensino médio e superior. É preocupar-se com as cicatrizes provocadas pela retenção escolar, importar-se com o comprometimento dos professores e dos alunos, com a proposta pedagógica da escola etc.

A evasão escolar, quando conceitualmente é reportada ao fracasso escolar, faz uma alusão ao estabelecimento da massificação do atendimento do ensino no Brasil ocorrido no início do século XX (Rangel, 2019).

Para Dore (2011), a evasão escolar é sinônimo de abandono escolar, isto é, a perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus estudos, significando perda de recursos financeiros e sociais e essa desistência ocorre por qualquer motivo.

A “Evasão Escolar” também é dividida em evasão aparente, que analisa o deslocamento de alunos entre cursos da mesma instituição e em evasão real, quando os alunos desistem de cursar o ensino superior. De qualquer forma, o discente que simplesmente troca de curso não terá sua vaga ocupada novamente, dependendo do momento em que essa troca ocorra, quando as vagas foram ocupadas por vestibulares e concursos. Essa mobilidade acontece geralmente ao final do 1.º ano de estudos, quando a maioria dos discentes descobre uma aversão com o curso escolhido gerando vaga ociosa e que não será mais ocupada. Esse fato ocorre também na educação profissional de nível médio (Cardoso, 2008).

Outra divisão é em evasão anual, que analisa a comparação entre o número de alunos matriculados de um ano para outro, e em evasão total, que compara o número de alunos matriculados (calouros) com o número de concluintes do curso. A evasão anual pode ser mascarada por uma retenção na série e isso não significa que houve evasão do curso, mas um atraso na sua conclusão, gerando um maior custo financeiro para o Estado e atraso na colocação desse aluno no mercado de trabalho e que, evidentemente, poderá gerar uma evasão futura do curso. (Silva, 2007).

O Instituto Unibanco, em seu artigo “Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos”, diferencia abandono escolar de evasão escolar. Para este Instituto o abandono



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

escolar ocorre quando o discente deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo e a outra situação ocorre quando, independentemente de sua situação acadêmica, não se rematricula para o ano seguinte caracterizando uma evasão escolar. O estudante mostra ao longo de um tempo considerável o seu desinteresse escolar através de vários sinais. Esses fatores são facilmente identificáveis pelos gestores, equipe pedagógica, equipe docente e familiares. Somente uma união séria e responsável desses atores pode barrar esse processo de evasão ou abandono escolar (Instituto Unibanco, 2021).

A evasão escolar na educação técnica de nível médio é muito grave e os motivos são os mais variados possíveis. O Projeto: “Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar” lista como possíveis motivos de evasão: nível socioeconômico dos alunos; organização da escola e estrutura do ensino; política educacional; relação da escola com a cultura jovem; carecimento de o jovem ter que optar por estudar ou trabalhar; e questões curriculares (INEP, 2014).

A Rede Ibero-Americana de pesquisa em educação profissional e evasão (RIMEPES) foi criada em 2009 para estudar a evasão escolar e elucidar o ensino técnico de nível médio, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias para a prevenção do abandono (TELES, 2018).

Em 2016, criou-se a Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior (ABAPEVE), que reúne estudantes, profissionais e pesquisadores interessados no tema evasão na educação brasileira. É uma associação cívica de utilidade pública e caráter acadêmico na área da Evasão escolar. É uma entidade que desenvolve ensinamentos, pesquisas, tecnologias e práticas para melhorar a qualidade da educação; incentiva a produção científica e revela a contribuição de ensinamentos e pesquisas no tocante à prevenção da evasão escolar, dentre outras atividades. É responsável pelo Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o *Workshop* sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, a cada dois anos (Teles, 2018).

O termo evasão escolar pode ser entendido como o rompimento do processo de ensino aprendizagem pelo aluno devidamente matriculado. A situação que se apresenta é percebida pela sociedade não somente como fracasso do aluno evadido, mas também como fracasso da própria sociedade a partir das instituições educacionais e dos educadores, vindo a impactar nos resultados da escola e nos custos financeiros e sociais para as famílias e Estado.

Por demandar vultuosos investimentos em estruturas, materiais e em mão-de-obra especializada a evasão, na educação profissional técnica, significa desperdício de recursos, menor oferta de profissionais competentes e habilitados no mercado de trabalho e jovens em subempregos.

Devido ao curto tempo para sua conclusão, essa educação profissional garante ingresso mais rápido no mercado de trabalho e, por isso, tornou-se um atrativo a mais para os jovens que esperam uma resposta rápida ao seu esforço para ingressar no mercado de trabalho e, também, possibilita que o próprio egresso custeie sua formação em curso superior desonerando, dessa forma, o Estado.

Os altos índices de evasão na educação profissional técnica, no formato concomitante,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

fizeram com que especialistas em educação optassem pelo formato integrado ao ensino médio (EMI). Mas Almeida e Barbosa nos diz que ao se associar o ensino médio à educação profissional técnica, tentou-se beneficiar o estudante com uma formação agregada (formação básica e profissional) que o preparasse para o mundo do trabalho, mas os altos índices de evasão e retenções escolares fizeram perder esse benefício (Almeida; Barbosa, 2010).

POSSÍVEIS CAUSAS DE EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FAETEC

O fenômeno evasão escolar na Educação Técnica da Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec foi tema de tese de doutoramento em Ciências da Educação que objetivou identificar as possíveis causas que induzem à evasão escolar nos cursos técnicos da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro – Faetec, bem como, os possíveis transtornos que poderia acarretar para o Estado e para sociedade.

A tese foi analisada através de uma abordagem multimétodo, com análise estatística na parte quantitativa e análise de conteúdo na parte qualitativa. Entrevista semiestruturada foi empregada no sentido de recolher dados para os objetivos que trataram de detectar e averiguar as principais causas que motivavam a evasão escolar no EPT, junto aos professores, gestores, equipe pedagógica e psicólogos em dois cursos técnicos na modalidade integrada ao ensino médio (EMI) e que atuam em três unidades técnicas da Faetec selecionadas para a pesquisa e os resultados projetados para toda rede Faetec.

Da revisão de literatura sobre as principais causas de evasão escolar pesquisadas na tese percebeu-se que algumas eram mais influentes:

1- Influência da retenção escolar na evasão escolar Educação Profissional Técnica (EPT)

A retenção escolar enfraquece psicologicamente o aluno, desmotivando-o e/ou deixando-o preso a pré-requisitos escolares acarretando alguma dependência para a série seguinte, sobrecarregando-o. O rendimento escolar dele cai em consequência disso e o tempo de permanência na escola pode aumentar ou provocar a evasão do curso. De acordo com o Relatório “Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos”, a reprovação e o atraso escolar implicam em desperdício de recursos para o Estado e sociedade e diminui as possibilidades de continuidade e conclusão dos estudos. (Unesco, 2008).

Segundo Rosemary Dore, as retenções ou reprovações escolares são a origem de uma evasão, ou abandono escolar. O baixo desempenho escolar incide negativamente na autoestima do alunado e enfraquece os laços com a escola que, ao se romper, causa o abandono ou evasão escolar (Dore, 2013).

Em 2019, o então Ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, manifestou sua preocupação sobre vários fatores que podiam causar a evasão escolar e entre elas a retenção



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

escolar oriunda, talvez, do não engajamento dos estudantes nas atividades escolares (PORTAL MEC, 2019).

A retenção escolar foi um dos motivos pelo qual surgiu a proposta do novo ensino médio. Durante anos, observou-se a falta de progresso no índice de desempenho dos alunos na educação básica. O ensino médio foi considerado como “gargalo” da educação básica, aumentando a evasão, o custo financeiro com o atraso escolar para o Estado e família e a baixa autoestima dos jovens (Portal Da Indústria, 2021).

Essas retenções escolares deveriam ser baseadas em avaliações de aprendizagens mais qualitativas que quantitativas, cujo objetivo principal deveria ser o de diagnosticar o nível do conhecimento do aluno, identificar e erradicar os *déficits* de aprendizado e assim melhorar o engajamento dele com a escola e comunidade escolar (Brasil Escola, s. d.).

Taxar um estudante com notas de 0 (zero) a 10 (dez) e retê-lo ou aprová-lo baseado em avaliações desconexas e distantes de sua realidade é cruel demais. É desconsiderá-lo como sujeito ativo da educação. As avaliações de aprendizagem dos estudantes também servem para analisar se a prática docente necessita de ajustes.

Um número expressivo de desengajamento escolar, evasão ou abandono, acontece no decorrer da 1.^a série do ensino médio, propedêutico ou na forma articulada com o ensino técnico, em decorrência dos *déficits* de aprendizagem do nível anterior de ensino. As pesquisas educacionais associam, enfaticamente, as retenções escolares com a falta de engajamento dos estudantes. (Insper, 2017)

É muito forte ainda na comunidade escolar e na sociedade como um todo, que a retenção escolar seja um meio de punição, um “veredicto” do julgamento do estudante que, ao final do ano letivo, não se esforçou suficientemente. A denominação “reprovação” também gera um sentimento de desdém, de desprezo, de censura e de repreensão. A retenção escolar deveria ser encarada não como nova oportunidade de aprendizagem e sim uma nova oportunidade de melhorá-la, torná-la mais eficaz e ser o último recurso. A negatividade das retenções escolares nas aprendizagens dos estudantes tem como efeito principal, retenções consecutivas e futura evasão escolar.

2- Influência das práticas docentes na evasão escolar da Educação Profissional Técnica (EPT)

As práticas docentes, infelizmente, ainda são baseadas em um ensino acadêmico totalmente descontextualizado da realidade, sem nenhum atrativo pedagógico e a maioria dos currículos atuais da educação profissional ainda favorece os conceitos teóricos e desfavorecem as práticas. E não se consegue aprender a realidade na educação academicista com esse falso par teoria/ prática, muito menos na educação profissional (Cordão; Moraes, 2020).

A distorção do par teoria-prática também pode ser explicada pelo despreparo pedagógico e/ou com conhecimentos técnicos desatualizados dos professores selecionados para lecionar na área técnica, dos professores “tapa buracos” que não possuem habilitação necessária para lecionar em determinada área profissional, por professores que usam a educação técnica como complemento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

de renda porque a docência não consegue ofertar salários atrativos para essa mão de obra especializada. (Brasil, 2012, p. 55).

O professor precisa associar os conteúdos programáticos com a realidade do educando, mostrando a utilidade do que está aprendendo, e o discente precisa sentir que aquilo que ele está aprendendo servirá no seu dia a dia e melhorará sua condição social e financeira. Os professores ensinam baseados em suposições e em livros didáticos, muitas vezes distantes do contexto dos estudantes, isso gera um buraco enorme entre a escola e a sociedade, fazendo com que os estudantes não percebam os benefícios que os conhecimentos científicos trazem para a elevação de sua qualidade de vida (Freitas, 2020).

Em uma entrevista, Esther Pillar Grossi comenta que o professor se transformou em um mero executor do projeto pedagógico esperando receber orientações de como agir em sala de aula, mas deveria, no entanto, apropriar-se da proposta pedagógica (Grossi, 2017).

De acordo com Eliezer Pacheco, o Brasil tem muita formação acadêmica que pouco ajuda a atuação nas atividades profissionais, isto é, muita formação teórica que não converge para as exigências do dia a dia do profissional.

Há um estado de inquietação docente em todo país, talvez no mundo todo, que pode ser verificado com a mudança do perfil do alunado e no fato do porquê a escola não reage mais aos novos métodos de obtenção de conhecimentos. As aulas ministradas com a turma organizada, enfileirada, com alunos somente copiando silenciosamente o que o professor escrevia no quadro sobre um tablado e de costas para eles tornou-se inviável, inoperante e não produz mais resultado. Nesse caso, o aluno passa a não respeitar mais o professor devido ao desinteresse por esse modelo de aula. O professor se decepciona, esmorece e se frustra (Pacheco, 2017).

Daniel Tojeira Cara falou que o magistério não é valorizado e que culpar o professor pela situação caótica da educação ou torná-lo redentor da mesma não vai resolver a crise em que ela se aprofundou. E resumiu afirmando que professor é um profissional que deveria perceber e ser cobrado como profissional (Cara, 2017).

Carlos Augusto Abicalil afirmou existir uma crise no magistério, no que diz respeito à remuneração, à formação inicial e continuada, dentre outros fatores. Ele também afirma que a educação continua atrelada às dinâmicas do século XX, que continua corporativa, se compara financeiramente com outras carreiras abertas e que ainda usa o sucesso econômico como motivador profissional (Abicalil, 2017).

Candido Alberto da Costa Gomes, sobre a crise do magistério, disse que a formação é obsoleta, acadêmica, fraca, conservadora, supervaloriza títulos, diplomas e credenciais, ineficaz e que não se enxerga nenhuma tendência palpável de modificação (Gomes, 2017).

Os docentes da educação profissional são taxados como meros “apertadores de parafusos”, mas não é fácil superar essa visão preconceituosa. Os professores da educação profissional precisariam de uma formação continuada para satisfazer as exigências de uma sociedade globalizada.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

O parecer CNE/CEB N.º 11/12, em relação à profissionalização e formação desses professores, mostra que o diferencial entre esses profissionais está no fato do professor da educação técnica ser apto para formação do cidadão para o mundo do trabalho em um ambiente profissional a cada dia mais exigente e complexo (Brasil, 2012, p. 55).

O professor precisa desenvolver múltiplas competências profissionais em seus educandos e isso exige um esforço na obtenção de respostas rápidas aos novos desafios profissionais e individuais, ele deve ser claro, interpretar e utilizar várias formas de linguagem, trabalhar em equipe, ser cooperativo, atingir metas, se autocorriger, trabalhar com prioridades e desenvolver novos saberes. Para que tudo isso ocorra, o professor tem que ser um profissional competente, habilitado, qualificado, ético, honesto e comprometido com a educação (Cordão; Moraes, 2020).

As escolas que ministram a educação profissional encontram muitas dificuldades na contratação de professores com experiência profissional técnica sólida e com dedicação plena à instituição de ensino, esses profissionais, normalmente, estão empregados em outras empresas, simultaneamente, e com salários bem mais atrativos do que o setor de ensino oferece. Para isso, esses profissionais precisam ter experiência na área em que vão lecionar, mas, geralmente, não possuem formação docente específica.

O salário inicial para atuar na Instituição de Ensino de Educação Profissional Faetec como professor, edital N.º 01/2019, Instituto Acesso (2019) era de R\$ 3.000,00. Mas Petrobrás realizou um processo seletivo público, através do edital N.º 1 – Petrobrás/PSP RH 2018.1 de 08 de fevereiro de 2018, para preenchimento de vaga para cargo de igual exigência de qualificação profissional e carga horária da Faetec, cuja remuneração mínima inicial era de R\$ 10.726,45. Um candidato, provavelmente, optará por tentar ganhar R\$ 10.726,45 ao invés de R\$ 3.000,00. A educação profissional virou uma forma de complementação de salários “bico” para alguns docentes e não gera nenhum atrativo.

Na sinopse estatística da Educação Profissional Inep, o número de docentes alocados no Curso Técnico Integrado é preocupante quando comparado ao do Ensino Médio Convencional. Observa-se que, apesar dos esforços para acabar com a histórica dualidade no ensino, as estatísticas mostram exatamente o contrário. No Estado do Rio de Janeiro, de 2020 a 2022, o percentual dos profissionais ficou praticamente inalterado em 86% para o Ensino Médio Convencional e 14% para o Curso Técnico Integrado.

A Instituição que oferta os cursos técnicos, também deve atender a vários requisitos, entre eles a utilização ferramentas e tecnologias educacionais adequadas ao mercado de trabalho atual (Brasil, 2012, p. 53).

Evidentemente, para as instituições públicas é impossível acompanhar a mudança rápida da tecnologia, visto que as verbas são vinculadas e precisam fazer parte de um orçamento antecipado conforme a legislação.

O formador contemporâneo deve ser multifuncional e os alunos devem atuar mais ativamente. A imagem do professor em sala de aula sobre um tablado, exercendo o papel de único



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

transmissor de conhecimentos e dos alunos se colocando abaixo dele está ultrapassada e deve ser repensada.

3- Influência das metodologias de ensino na evasão da Educação Profissional Técnica (EPT)

Com a inserção cada vez mais cedo de jovens em cursos técnicos, a responsabilidade da instituição escolar em pensar um currículo equilibrado para formação de cidadãos com saberes humanos relevantes às suas vidas e em perfeita consonância com as tecnologias e o mundo do trabalho é muito grande.

Edgar Morin, em sua obra intitulada “Os sete saberes necessários para a educação do futuro”, alerta que seria preciso uma visão qualitativa do conjunto, defendendo uma contextualização, por exemplo: a pandemia da Covid-19 provocou perturbações monetárias e quedas das bolsas de valores em todo mundo, ou seja, contextualizar questões econômicas com as questões biológicas e de saúde pública para mostrar que um acontecimento paralelo pode influenciar na elaboração de um episódio, mas não é igual. Para Morin (2000), por exemplo, um excesso de informações ou de dados isolados não produz, por si só, um conhecimento pertinente, mas sim, a capacidade de inserir este conhecimento em um contexto. Esse dá sentido ao conhecimento e não adianta ter conhecimento de forma isolada, isso é insuficiente (Morin, 2000, p. 36).

Os alunos, em sua maioria, são jovens criativos, corajosos, que buscam sempre se atualizar, abertos às novas tecnologias, estão sempre conectados à internet, são empreendedores e atendem muitas das exigências do atual mercado de trabalho. Mas, também, são românticos, sonhadores, imprevisíveis, afoitos, não utilizam corretamente a tecnologia da informação e tem muita pressa e quando se deparam com um currículo desatualizado e descontextualizado podem evadir-se da escola.

4- Influência da insuficiência de aprendizagem no Ensino Fundamental, em disciplinas como matemática e português, na evasão na Educação Profissional Técnica (EPT)

O aluno que opta por fazer um curso técnico integrado ao médio (EMI) é, geralmente, oriundo de um ensino fundamental de nível insuficiente de aprendizado em disciplinas essenciais aos cursos técnicos. Ao aluno, precisam ser ofertadas condições para ler e para entender informações, ser capaz de resolver problemas com operações matemáticas básicas, interpretação de um texto, fornecidas pelas disciplinas de português e de matemática, por exemplo. A falta dessas premissas aumenta o índice de reprovação e tem, como consequência, a evasão.

Alguns educadores de renome culpam as universidades formadoras de docentes alfabetizadores, pelos erros no processo de alfabetização das crianças. Por meio da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), o MEC-Inep mostrou uma crise na educação, com crianças não dominando o aprendizado necessário para continuar em 2017.

Maria Inês Fini, diretora do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), em 2017 esclareceu: "Eu acredito muito no professor brasileiro. O que ele precisa é ser apoiado e essas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

políticas lançadas são capazes de reverter esse quadro". Ela também comentou no Portal do MEC em 2017 que, após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Inep teria a oportunidade de ajustar a matriz de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (ANA e Prova Brasil). (Portal Mec, 2017).

Os resultados das avaliações realizadas, no ano de 2016, revelaram que 66,15% dos estudantes, na disciplina de língua portuguesa, estão nos níveis de escrita 4 e 5; logo, 33,95% dos estudantes são insuficientes na escrita e se encontram nos níveis 1, 2 e 3. Já na disciplina matemática, praticamente, metade dos estudantes brasileiros (54,4%) estão abaixo do desempenho desejável, aparecendo nos níveis 1 e 2. O percentual de estudantes nos níveis 3 e 4 ficou em 45,5% (Portal Mec, 2017).

O SAEB (2019) apresentou uma evolução das proficiências médias nacionais em matemática da 3.ª série do ensino médio tradicional, de 1995 a 2019, onde a menor média foi a do Saeb 2015 (267) e a maior foi a do Saeb 1997 (289). A média das 13 avaliações (1995 a 2019) foi de 275,8 pontos, o que significa que o resultado obtido em 2019 está pouco acima dela, isto é, pouca evolução. Já em língua portuguesa, a pontuação média nacional, em 2019, foi de 278 pontos e a média das 13 avaliações (1995 a 2019) foi de 269,5 pontos.

Quando Candido Alberto da Costa Gomes fora questionado sobre a meta de erradicação do analfabetismo, ele respondeu que o analfabetismo é o primeiro desafio da educação brasileira e possui várias dimensões atingindo, a época da entrevista, até a educação superior. O analfabetismo inclui uma sociedade que só entende e fala uma língua e onde a escola pública é incapaz de ensinar a própria língua nacional, o português, (Gomes, 2017).

Esse analfabetismo chega ao ensino médio na figura das constantes reprovações nas disciplinas de matemática e de língua portuguesa, das quais o aluno apresenta dificuldades na elaboração do relatório sobre o que aprendera a respeito das realizações das práticas escolares, por exemplo. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, em uma entrevista, frisou que o Brasil tem dois problemas para dar um "salto de qualidade" na educação. O primeiro problema que o Brasil teria que enfrentar seria o cultural e o segundo, a política. Segundo o professor, valorizamos obras de infraestrutura e indústrias, por exemplo, mas ainda não conseguimos valorizar a educação e a escola. Não se valoriza o docente como se valoriza outras profissões, tais como os astronautas. No Brasil, a cultura e a educação não recebem a devida importância (Buarque, 2017).

Buarque ainda complementou que os serviços essenciais, no Brasil, ainda não são universalizados, dentre eles a educação. Mudar nossa consciência levaria a mudanças na política, para ele o grande problema da educação é de responsabilidade das prefeituras, cujos municípios são pobres e desiguais (Buarque, 2017).

Daniel Tojeira Cara disse que o Brasil para dar um "salto na qualidade" na Educação precisaria de aumento e de investimento, crescendo assim o controle social, valorizando o magistério, estimulando a representatividade mais ativa dos pais. Para Cara existe um tripé na educação composto pelo financiamento adequado da educação, boa gestão democrática e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

valorização dos profissionais da área, implementação a longo prazo. Não existem soluções mágicas para resolver o problema, como fazem os economistas educacionais, quase todos reformadores empresariais (Cara, 2017).

O ensino profissional teve um avanço com Eliezer Pacheco que fez uma crítica muito dura ao ensino médio. Segundo ele, o ensino médio está se esforçando para introduzir a educação profissional, já que esse nível de ensino sozinho é infrutífero, servindo de escada para outro nível de ensino. A educação tem que melhorar como um todo (Pacheco, 2017).

A educadora e investigadora no campo da educação, Esther Grossi, fez severas críticas às universidades formadoras de alfabetizadores e, durante uma entrevista, afirmou que no processo de educação “se as universidades fossem capazes de ensinar aos professores como alfabetizar, o país não teria esse ‘mar de crianças analfabetas’”. Esther Grossi também apontou como o Brasil poderia dar um “salto de qualidade” na educação (Grossi, 2017).

De acordo com Cunha; Ribeiro; Melo, 2017, o mau desempenho do ensino médio, com elevados índices de evasão e retenção escolar, mostram a deficiência do ensino nos anos iniciais (Fundamental) e uma solução, a médio prazo, seria um investimento para melhor formação aos professores na Faculdade de Educação. Fortalecendo, apoiando e induzindo projetos capazes de realizarem algo novo de organização curricular que equalize conteúdo e prática pedagógica. Deve existir, conseqüentemente, uma melhor integração entre os programas de formação e os programas de ensino das secretarias estaduais e municipais de educação.

Esther Grossi salientou que o Plano Nacional de Educação (PNE) se equivocou ao definir um período para que a alfabetização ocorra igualmente para todos até os oito anos, segundo ela, a educação não é universal (Grossi, 2017).

Fernando Abrucio comentou que a qualidade da educação é insuficiente, não formando nem trabalhadores produtivos e nem cidadãos e formar técnicos por técnicos acaba se tornando inviável, com a justificativa de que a educação também tem uma dimensão humanista. Abrucio afirmou ainda, em sua entrevista, que o ensino médio é um grande problema, porém o grande empecilho sempre foi e continua sendo o ensino fundamental II (anos finais), e os seus efeitos serão sentidos no ensino médio (Abrucio, 2017). Gastão Vieira, quando entrevistado por Cunha, Ribeiro e Melo (2017), sobre a qualidade do ensino brasileiro, defendeu a ideia da garantia da criança na idade certa na escola, concluiria a educação fundamental e acessaria o ensino médio com normalidade do fluxo. Ao comentar sobre a defesa da educação como política de Estado, relatou um aspecto positivo de sua experiência na Comissão de Educação da Câmara, onde estavam presentes várias tendências, à esquerda, ao centro e à direita (Vieira, 2017).

Sobre a qualidade de ensino, a professora Gilda Portugal Gouvea, em sua entrevista, tornou claro que era imprescindível o diálogo e com razão, diferenças ideológicas podem impedir avanços. Ela concordava com a fala do ex-Ministro da Educação do Chile – Ernesto Shiefelbein que ficou pouco mais de um ano à frente do Ministério da Educação do Chile e que lamentou o fato do seu tempo ser ocupado com diálogos com entidades sindicais, impedindo-o de tratar diretamente dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

assuntos educacionais, isto significa, um Ministro da Educação também precisava ter aptidão política (Gouvea, 2017).

José Henrique Paim Fernandes frisou que não há uma política de governo única e que não existe milagre. Para ele a educação é um processo complexo com muitos atores, diálogos e negociação e que não se solucionam rapidamente dependendo, muitas das vezes, de apoio político (Fernandes, 2017). Já Luiz Carlos de Menezes, especialista no campo do ensino das ciências e das políticas de educação, enfatizou em sua entrevista, que para as políticas de educação não é suficiente dizer o que fazer sem dizer como fazer. O Brasil tem tradição de fazer planos para a educação e não os levar adiante, explicando o fracasso da maioria deles, no decorrer de nossa história. Ele defendeu uma Lei de Responsabilidade Educacional que seria semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal (Menezes, 2017).

Maria Helena Guimarães de Castro, educadora e professora, em sua entrevista ressaltou a importância de o MEC ter dispensado maior atenção à educação básica. Castro nos diz que um dos principais pontos da política de educação seria a descentralização da execução de ações para os estados e municípios, fortalecido pela esfera federal na coordenação das políticas. Sobre a qualidade do ensino público nacional, ela afirmou que o desempenho baixo dos alunos poderia prejudicar a participação deles como cidadãos e sujeitos responsáveis e de direitos no espaço público, base de uma efetiva democracia (Castro, 2017).

5- Influência da distância entre a inovação tecnológica que o mercado de trabalho solicita e o que a Instituição Escolar oferece na evasão da Educação Profissional Técnica (EPT)

A educação profissional é afetada diretamente pela globalização trazendo benefícios tais como, introdução de novas tecnologias e metodologias educacionais. Entretanto, infelizmente, também aumenta a exclusão tecnológica, principalmente quando se comparam escolas particulares com as públicas, por exemplo: escolas particulares investiram em tecnologia para atendimento aos seus alunos durante a pandemia, enquanto escolas públicas demoraram muito ou não fizeram nenhum investimento.

Moran (2018) já alertava que existiam vários tipos de metodologias ativas de ensino e que todas apresentavam algumas diferenças entre si, mas com um objetivo comum: deviam apoiar-se nas tecnologias de informações (TIC's) e o aluno ser o protagonista do processo ensino e aprendizagem.

A conectividade com o mundo virtual é um problema a ser resolvido pelas Instituições de Ensino visto que, em determinados casos, atrapalha a aprendizagem e a concentração. Os estudantes perdem muito tempo navegando em aplicativos de relacionamento pessoal e não consomem informação útil à profissão e à educação. Perdem informações essenciais durante as aulas, brincam e se distraem demasiadamente nos laboratórios colocando, muitas vezes, as vidas em risco. Esses jovens isolam-se no mundo virtual, gostam de ouvir música ao mesmo tempo que realizam outra tarefa, pouco interagem com os colegas de classe e preferem aprender com vídeos na internet relacionados aos assuntos abordados na aula.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

A BNCC (2018) preconizou que as transformações provocadas pelo uso cada vez maior das tecnologias e as formas como as pessoas se comunicam impactam diretamente no funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Quanto à humanização na educação, o grande desafio contemporâneo é tornar o ambiente escolar mais acolhedor. Muitos estudantes passam mais tempo na escola do que em suas casas juntos aos seus familiares. O espaço físico escolar deveria ser o primeiro a necessitar de adaptações e ser mais envolvente e atrativo. Boa parte das escolas parece mais um cárcere.

A comunidade escolar, muitas vezes, faz o papel da família para os jovens. Lá eles aprendem a conviver socialmente, estabelecem vínculos de afeto, de confiança e de respeito ao próximo que deveriam ser estabelecidos no seio familiar. A massificação das escolas prejudicou o tratamento individualizado dos estudantes e com isso muitos fatores que afetam a aprendizagem passam despercebidos pelos professores, pedagogos e/ou diretoria escolar envolvidos em levantamentos estatísticos e burocracia. O aluno passa a ser contabilizado como um número.

O humorista Murilo Gun disse, em sua palestra “Habilidades do Futuro Episódio 1”, que: “Se você trabalha feito um robô, você pode ser substituído por ele. Se você trabalha feito humano, você não pode ser substituído por uma máquina. O grande diferencial do humano é ser humano.” (Gun, 2020)

As Instituições de ensino técnico precisam se adequar a essa nova realidade do mercado de trabalho, com uma qualificação técnica automatizada, mas, ao mesmo tempo, humanizada, empreendedora, eficaz, eficiente, efetiva e conectada para ser atraente para seus alunos.

A educação profissional também deve ser mais empreendedora, e o Brasil encontra-se entre os países pesquisados pelo *Global Research Initiative Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, uma avaliação anual do nível de atividade empreendedora no mundo. Esta pesquisa avalia as taxas específicas de empreendedorismo inicial, aqueles que têm até 3,5 anos de atividade em algum tipo de negócio (TEA) e as taxas específicas de empreendedorismo estabelecidos com mais de 3,5 anos de operação (TEE). No ano de 2019 o empreendedorismo inicial (TEA) no Brasil, segundo a faixa etária dos 25 aos 34 anos foi de 26,1%, representando um aumento de 5,6% em relação ao ano de 2017, por exemplo. Para a faixa etária dos 18 aos 24 anos a taxa foi de 24,3%, aumento de 4% em relação ao ano de 2017, também. Mas em relação às taxas específicas de empreendedores estabelecidos (TEE) no Brasil, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, o percentual foi de 7,2%, em 2019, contra 3,3%, em 2017, representando um aumento de 4,2% quando comparado ao ano de 2017.

Esses dados nos permitem concluir que no Brasil, a cada 100 pessoas com idade entre 18 e 24 anos, em 2019, aproximadamente 7 tem negócios com mais 3,5 anos de funcionamento e que 24,3% dos jovens, nessa mesma faixa etária, se envolveram com a criação de novos negócios. Esses valores apontam para a oportunidade que as escolas de educação profissional têm para elaborar políticas de suporte às iniciativas empreendedoras dos alunos, já que é crescente o número de matrículas na educação profissional e cada vez mais com menor faixa etária. (Gem Brasil, 2019).

As taxas de empreendedorismo no Brasil em 2019, conforme o nível de escolaridade,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

mostraram que 23,2% dos empreendedores brasileiros estabelecidos não possuíam ensino fundamental completo e 20,2% possuíam o fundamental completo. Para os empreendedores iniciais, 24,4% possuíam ensino médio completo. Os resultados reforçaram a necessidade de disciplinas com conteúdo empreendedor nos currículos das escolas técnicas de ensino médio.

A visão de um profissional, humanizado, criativo, atualizado, inovador e empreendedor deve guiar à escola para atender a uma demanda simultaneamente muito simples, mas, simultaneamente, difícil e exigente. A escola deve se planejar, pesquisar, avaliar processos e currículos continuamente, entre outras ações.

Todos os profissionais, atores de uma Instituição escolar devem lutar por uma escola inclusiva, ou seja, devem reconhecer a diversidade que caracteriza seus alunos, respeitá-la e tratar às necessidades educacionais do alunado, individualmente. A escola não pode somente matricular, ver os alunos somente como um número, se isso fosse um fator motivador e atrativo para os jovens, não teríamos tantos fora da escola, ela deve integrar esse aluno ao sistema. A escola deve harmonizar-se com os alunos, pais, professores e toda comunidade escolar (MEC, 2004).

O desinteresse do jovem pela escola pode ocorrer por não haver uma compatibilidade com o que ele espera da escola e pelo que a escola oferece. Ele pode se decepcionar simplesmente por não conseguir acompanhar o nível das aulas devido à sua insuficiência de aprendizado no ano ou nível de ensino anterior, nesse caso, a culpa não seria totalmente da escola, mas ela tem a obrigação de tentar sanar esse problema (Insper, 2017).

O jovem pode simplesmente não se identificar com a escola e não compartilhar com os valores e os objetivos dela. Uma instituição de excelente qualidade, estrutura e equipe pedagógica, por exemplo, pode ter evasão escolar como qualquer outra escola se o jovem não se identificar com as particularidades, qualidades e características que ele busca (Insper, 2017).

A evasão também pode ocorrer se a escola tiver um currículo inadequado, academicista e desatualizado. Esse jovem pode até gostar da escola, todavia o currículo não lhe atrai.

Para evitar a evasão, a escola precisa acolher, abraçar e incentivar o jovem a ser o protagonista de sua educação.

A educação profissional tem muitas regras de comportamento dentro do ambiente de trabalho a serem mostrados aos alunos, afinal serão os futuros profissionais, e dessa forma o ambiente escolar torna-se entediante para os jovens acostumados a romperem com as regras e com desvios comportamentais, aumentando os índices de retenção e evasão escolar.

Nessa fase do ensino profissionalizante, a instabilidade emocional dos estudantes é gritante, demandando atuação interdisciplinar com outros profissionais especializados na área da saúde, tais como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, entre outros.



6- Influência da falta de informações sobre as profissões técnicas no ensino fundamental na evasão da Educação Profissional Técnica (EPT)

O Capítulo 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação estipula que a educação escolar é dividida em dois níveis: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e superior. A educação básica visa o desenvolvimento do aluno, proporcionando-lhe a formação indispensável ao exercício de sua cidadania e possibilidades de progredir nos estudos e no trabalho. Pode ser organizado de várias formas: séries anuais, períodos semestrais, ciclos, períodos de estudo regularmente alternados, grupos não-seriados, dependendo da idade, habilidade e outros critérios, ou de formas diferentes, sempre que seja recomendado pelo interesse do processo de aprendizagem (LDB, 1996).

A educação profissional técnica de nível médio foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pela Lei n.º 11.741 de 2008, que definia como forma de desenvolvimento:

- Articulada com o ensino médio;
- Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Essa mesma lei colocava como forma de desenvolvimento para a educação profissional técnica de nível médio articulada:

- Integrada, disponível apenas para quem possua o ensino fundamental completo, o programa objetiva levar os alunos a uma qualificação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, com apenas uma matrícula por aluno;
- Concomitante, oferecida aos ingressantes ou já matriculados no ensino médio, cada curso tem uma matrícula diferente e pode ser ministrado na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis em diferentes instituições de ensino, adotadas por meio de acordos de complementaridade mútua, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (LDB 1996).

O Ensino fundamental (do 1.º ao 9.º ano), além de sua função alfabetizadora, deveria nortear os seus estudantes sobre as profissões existentes, demanda atualizada do mercado de trabalho, rotina diária das pessoas que exercem determinadas profissões e cidadania. Os alunos, a partir do 6.º ano desta modalidade de ensino, possuem mais maturidade e, neste momento, é que as noções sobre as oportunidades profissionais que um curso técnico oferece deveriam ser inseridas. Como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) cita que “a educação básica tem por finalidade o desenvolvimento do educando proporcionando-lhe uma formação indispensável para o exercício de sua cidadania, assim como fornecer para ele meios de progressão nos estudos e no trabalho.” O estudante já deveria ter noções sobre o mundo do trabalho antes de sua finalização.

A realização de testes vocacionais nos egressos do ensino fundamental poderia solucionar muitos dos problemas existentes nos cursos técnicos. Isto poderia diminuir o número de insatisfeitos com suas profissões que, na maioria das vezes, é fruto da escolha de seus genitores,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

consequentemente gerando evasões. Uma profissão também não pode ser escolhida visando somente o sustento da família, contudo, agrega-se a este fato, a satisfação profissional. A escolha de uma profissão tem que estar alinhada com a personalidade de quem a escolhe, por isso a importância do teste vocacional. Trabalhar no que se gosta e aproveitar os talentos naturais faz um profissional realizado e satisfeito, que trabalha por prazer e que veste a camisa da Empresa para a qual presta serviços.

7- Influência da situação socioeconômica dos estudantes na evasão da Educação Profissional Técnica (EPT)

Existe uma relação muito íntima entre a situação financeira do estudante ou de sua família e o fato de estarem fora da escola em idade escolar. Esta origem está presente em contextos socioeconômicos e culturais desiguais. Não permitir que essas desigualdades se reflitam na escola é a linha limite entre evasão e permanência do estudante nela (UNICEF, 2021).

Famílias com renda maior que um salário-mínimo por pessoa representavam 9,9% daqueles que estavam fora da escola na faixa etária de 4 a 17 anos, em 2019, e famílias com renda familiar por pessoa menor que um salário-mínimo representavam 90,1% daqueles que estavam fora da escola na faixa etária de 4 a 17 anos, do mesmo ano. “O patamar de renda das famílias que formam a maioria também sugere que as condições de vida e de acesso às demais condições de dignidade e aos demais direitos podem estar comprometidas (UNICEF, 2021)”.

Segundo o UNICEF existem limitações e demandas que ocorrem diariamente na vida do estudante, associadas também às vivências escolares, que são verdadeiros obstáculos à continuidade dos estudos obrigatórios das crianças e adolescentes em idade de escolarização (UNICEF, 2021).

De 2016 a 2019, o IBGE registrou uma redução na proporção da população brasileira com instrução abaixo do nível médio e um aumento nos grupos com ensino médio completo (IBGE, 2020.)

A Constituição Federal do Brasil em seu artigo n.º 208, inciso I, garante ensino gratuito e obrigatório para a faixa etária de jovens de 4 a 17 anos.

Quanto ao nível de instrução constatou-se que quanto menor é o nível de escolaridade dos jovens, maiores são as chances de eles largarem a escola. Dos 2 milhões de jovens que concluíram o ensino médio articulado com o técnico (aproximadamente 9,3% do total que concluíram o ensino médio), 17% estavam simultaneamente sem estudar e sem ocupação contra 24,1% dos formandos do ensino médio regular, em 2019. O Instituto IBGE ainda ressaltou que estudos internacionais mostraram um aumento nas chances de ocupação de jovens que cursaram o ensino médio em articulação com o ensino técnico e que países que possuem uma Educação Profissional Técnica bem consistente apresentam menor taxa de jovens fora da escola e desocupados (IBGE, 2020).

A situação economicamente extremamente difícil da família influencia na evasão escolar dos jovens, posto que pode impedir que eles tenham condições mínimas de alimentação, de vestuário ou de higiene para frequentar o ambiente escolar com o mínimo de dignidade. Nesse caso, o jovem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

pode sentir-se constrangido de frequentá-la em virtude de alguma necessidade básica não atendida, tais como fome, trajes inadequados. Atividades escolares podem requerer recursos financeiros para xerografia, aquisição de livros didáticos, conexão de internet, espaço adequado para estudar, silêncio, área com boa luminosidade e arejadas, entre outros (INSPER, 2017).

8- Influência da falta de subsídio financeiro para distribuição gratuita de material didático técnico na evasão da Educação Profissional Técnica (EPT)

A inexistência de financiamento para distribuição gratuita de material didático técnico (livros e apostilas) faz com que os professores tenham que preparar seu próprio material didático de forma independente e, muitas das vezes, sem nenhum atrativo pedagógico para o estudante, sendo os custos de reprodução, por exemplo, todo por conta deste. O que existe, em termos de financiamento, é o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que objetiva disponibilizar, gratuitamente, obras didáticas às escolas públicas de educação básica em todos os níveis de governo e contempla os quatro níveis da educação brasileira: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1.º ao 5.º ano), anos finais do ensino fundamental (6.º ao 9.º ano) e Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas em momento algum cita a educação profissional.

Como a modalidade de ensino técnico integrado ao médio (EMI) é parte integrante da educação básica é de se supor que deveria ser beneficiada pelo PNLD, porém, segundo o art.6.º desse mesmo decreto não fica claro essa obrigatoriedade, não citando a educação profissional técnica como beneficiária do PNLD, reavivando a histórica dualidade “educação convencional x educação profissionalizante” em nosso país.

Muitos estudantes não têm condições financeiras de arcar com os custos de livros, impressões, kit de ferramentas pessoais (ferramentas e instrumentos essenciais para uso profissional) e acabam por se desmotivar por não possuírem o material didático de técnico para estudar, ao contrário do que acontece com o Ensino Médio incluído no PNLD.

Ainda, segundo o IBGE, registrou-se uma discreta elevação na proporção de brasileiros vivendo em domicílios com acesso à internet entre os anos de 2016 e 2019, mesmo para aquela parcela da população que vive abaixo da linha de pobreza. Para o Brasil é recomendado o valor de US\$ 5,50 PPC (Poder de Paridade de Compra) como linha de pobreza, de acordo com Banco Mundial (IBGE- Síntese de Indicadores Sociais, 2020).

No entanto, levando-se em conta as condições de acesso à internet, em 2019, 39,2% da população morava em casas com acesso à internet por meio de microcomputador, mas para a parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza (renda per capita menor que US\$ 5,50 PPC por dia), a proporção era de 11,8%, assim dizendo, esta parcela da população depende muito de dispositivos como o celular para acesso à internet. (IBGE- Síntese de Indicadores Sociais, 2020)

Durante o período pandêmico da covid-19, muitos estudantes não tinham acesso à internet ou quando tinham não era usando microcomputador e, sim, celular que, às vezes, era único para toda família. Os governantes deviam garantir que todos os docentes e discentes tivessem acesso às



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

mídias e à internet, independente do momento pandêmico. De acordo com Freitas, o IBGE (2018) registrou que cerca de 93,2% dos domicílios brasileiros tinham telefone celular móvel e somente 79,1% tinham acesso à internet (Freitas, 2020, p. 15).

CONCLUSÃO

A evasão escolar foi percebida como um fenômeno multifatorial pela literatura científica, uma vez que é causada por diferentes fatores: política pública vigente, localização geográfica de moradia, nível e modalidade de ensino, condição socioeconômica, insuficiência de aprendizagem, metodologias de ensino, práticas docentes, retenção escolar etc. Por causa disso, talvez não possa ser eliminada, mas sua minimização já será um avanço na busca da cidadania e redução dos custos para o Estado e sociedade.

Já a educação profissional foi tratada como meio de remediar ou solucionar questões do mundo do trabalho e como uma solução para o desenvolvimento nacional. Esse tratamento chega a ser exagerado, repetitivo e direcionado, em sua maioria, ao assistencialismo, intercalados por períodos com tratamento preconceituoso e com muito desdém, nos últimos 100 anos.

Esforços têm sido realizados para acabar com a dualidade histórica na educação brasileira e entre eles está a nova estruturação do ensino médio, o chamado “Novo Ensino Médio”.

Os resultados da pesquisa bibliográfica sobre as possíveis causas de evasão escolar nos cursos técnicos da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, detectou que: as retenções escolares causam desengajamento e atraso escolar, principalmente nas primeiras séries; as práticas docentes ainda são baseadas em um ensino acadêmico, descontextualizado da realidade, sem atrativo; as metodologias de ensino estão desatualizadas técnica, tecnológica e pedagogicamente; a insuficiência de aprendizagem, em disciplinas sustentáculos para um bom ensino profissionalizante técnico, aumenta o índice de retenção e evasão escolar.

Ainda sobre as possíveis causas de evasão escolar no ensino profissionalizante técnico -EPT da Faetec, a revisão de literatura indicou, também, que: a distância entre a inovação tecnológica que o mercado de trabalho solicita e o que a Instituição Escolar oferece pode provocar desinteresse no estudante ocasionando evasão ou colocá-lo em desvantagem no mercado de trabalho; a falta de informações sobre as profissões técnicas no ensino fundamental pode fazer com que o estudante realize um curso que não tenha interesse e provocar evasão por falta de afinidade; a situação socioeconômica dos alunos e a falta de subsídios financeiros para estudar em um curso técnico contribuem para evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, C. A. Fatores da crise no magistério. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 62-63



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

ABRUCIO, F. L. Qualidade da educação pública brasileira, avaliação e protocolo para ensinar. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes, Brasília, 2017. p. 133-136.

ALMEIDA, A. C.; BARBOSA, C. L. A. Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: a prática docente e o abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2. **Anais** [...], 2010, Belo Horizonte, p. 1.

BRASIL Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base, Brasília, p. 1-59, dezembro 2007. Disponível em:

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021. 510 p. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: Ministério da Educação, s. d. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 16/99**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 08/03/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº: 11/2009**. p. 1 – 23. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-ppc011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministro quer parceria da sociedade no combate à evasão e ao baixo desempenho escolar. **Portal do MEC**, Brasília, abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/74881-ministro-quer-parceria-da-sociedade-no-combate-a-evacao-e-ao-baixo-desempenho-escolar>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BUARQUE, C. R. C. Propostas para o Brasil dar um “salto de qualidade” na educação. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, 2017. p. 66-67.

CARA, D. (coord.). **O CAQI e o CAQ no PNE: quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?** São Paulo: Prefixo Editorial, 2018. 206 p. ISBN 978-85-54346-00-3. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/caq/pdf/quanto-custa-a-educacao-publica-de-qualidade-no-brasil.pdf>. Acesso 11 mar. 2021.

CARA, D. T. Propostas para o Brasil dar um “salto de qualidade” na educação. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, p. 82, 2017.

CARA, D.T. Fatores da crise no magistério. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, 2017. p. 80.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

- CARDOSO, A. Pesquisa: formandos de escolas técnicas não exercem função. Rio de Janeiro. [Entrevista concedida a]. **Terra Educação**, 23 mar. 2009. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/pesquisa-formandos-de-escolas-tecnicas-nao-exercem-funcao.e94837dabd9ea310VqnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CASTRO, M. H. G. Período pós-Constituição. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 243-244.
- CORDÃO, F. A.; MORAES, F. de. **Educação profissional no Brasil: Síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: SENAC, 2020. Edição do Kindle.
- DORE, R. Evasão e repetência na rede federal de educação profissional. **Revista Brasileira de Educação**, Maceió, p. 1 – 77, set. 2013. Acesso em: 10 mar. 2022.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set. 2011.
- FERNANDES, J. H. P. Período pós-Constituição. Entrevista concedida a: CUNHA, C. da; RIBEIRO, O. C.; MELO, M. A. F. (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, [2017].
- FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: ETN, 1961.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM) **Empreendedorismo no Brasil: 2019**. Curitiba: IBQP, 2020. 200 p.: il. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, 3 jun. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/ea/a/p4ZrFKSYwCq69jg8zqtxyJB/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- GOMES, C. A. da C. Fatores da crise no magistério. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, p. 54, 2017.
- GOUVEA, G. P. Apresentação. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 100.
- GROSSI, E. P. Fatores da crise no magistério. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 104.
- GROSSI, E. P. O pacto federativo como estratégia de articulação entre os entes federados. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 100.
- GROSSI, E. P. Planos Nacionais de Educação (PNE). [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 99-100.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

GROSSI, E. P. Questões críticas das políticas de educação. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 18-20.

GUN, M. **Habilidades do Futuro**. [S. l.: s. n.], 2020. p. 1-222 p. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=b9giR5rKJdI>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 152 p. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

INEP. **História**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acessoainformacao/institucional/historia>. Acesso em: 8 mar. 2023

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília; Inep, 2020. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 8 mar. 2023.

INSPER. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens**. Brasília: [s. n.], 2017. p. 1-222. Disponível em: <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-a-redu%C3%A7%C3%A3o-do-abandono-e-evas%C3%A3o-escolar-de-jovens.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Evasão escolar e o abandono**: um guia para entender esses conceitos. Observatório de educação ensino médio e gestão. [S. l.]: Instituto Unibanco, 2021. Disponível em:
<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar#:~:text=Deixar%20de%20frequentar%20as%20aulas,%C3%A9%20entendida%20como%20evas%C3%A3o%20escolar>. Acesso em: 8 mar. 2023.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, L. C. Período pós-Constituição. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 197-198.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. 115 p. ISBN 85-249-0741-X (Cortez).

PACHECO, E. (org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: Moderna, 2012. 146 p. ISBN 978-8516-06020-6. Disponível em:
<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A8337ECDC2B0137ED025BFE393C>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PACHECO, E. M. A crise no magistério. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília. 2017. p. 89-90.

PACHECO, E. M. A educação e o processo econômico do país. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília, 2017. p. 91-92.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA BRASILEIRA UM ESTUDO DE REVISÃO
Margareth Nunes Silva, Maria Aparecida Monteiro da Silva

PACHECO, E. M. O ensino profissional: uma análise da gestão. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, 2017. p. 86-88.

PACHECO, E.M. Os desafios do ensino médio. [Entrevista concedida a] Célio da Cunha; Olzeni Costa Ribeiro; Marli Alves Flores Melo (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, 2017. p. 90-91.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Novo ensino médio 2022**: entenda tudo que muda. [S. l.]: Portal da Indústria, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/novo-ensino-medio/#beneficios>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RANGEL, F. de O. et al. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura: uma Análise do Rendimento e da Evasão. **Ciência & Educação**, Bauru, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/8VCLL7STFbVsikXTNPcYk5F/?lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007

SILVA, M. N. **Evasão na educação profissional técnica de jovens e adultos**: o caso da instituição pública estatal Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – Faetec. 2023. 308 p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) — Universidade Columbia Del Paraguay, Asunción – PY, 2023.

TELES, R. de M.; FRITSCH, R.; DORE, R. Evasão escolar educação e profissional. Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, 5. **Anais** [...], IFMA, São Luís, v. 2, p.1 – 186, 20 e 21 de setembro de 2018. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?d=KyMzdWRdMEtRlkMmUENcRX5oc0B6RHxGZFdEQUNHVXNTRVBBUkFET1JASUZNQWFjMGJiNjYyMTQzNmRiMihjYzZiNDRhNjBkNGY3M1t8XTAwNI9QUIBHSV9SRUIULnBkZg=>. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNESCO, OREALC. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. 2. ed. Brasília: Unesco, Orealc, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/278ark:/48223/pf0000150585>. Acesso em: 5 mar. 2022.

UNICEF FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (org.). Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. **CENPEC Educação**, abr. 2021. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 5 mar. 2022.

VIEIRA, G. D. Os maiores desafios educacionais. Entrevista concedida a: CUNHA, C. da; RIBEIRO, O. C.; MELO, M. A. F. (org.). **Educação Nacional**: O que pensam especialistas, políticos e dirigentes. Brasília, 2017.